

## A AUTO-ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NO BOJO DA COOPTAÇÃO INSTITUCIONAL

**Juversino de Jesus Júnior**

Historiador, Cientista Político,  
Professor e pesquisador do NUPAC.

O que é educar? Seria mudar de comportamento? Aprender para si o complexo cultural formando em diferentes contextos históricos? Ou seria transformar o mundo a partir do entendimento acerca das relações sociais? Movimentos sociais combativos compõem o leque de possibilidades de formação humana? Protestar é educar, manifestar é buscar o novo, a ruptura dos grilhões que nos aprisionam nessa sociedade do espetáculo que tem como base a coisificação do homem a partir do fetichismo das coisas fazendo com que a educação e a cultura se tornem instrumentos de dominação por parte da burguesia que, por sua vez, se apropria do mais valor bem como dos valores culturais.

Nessa relação entre lutas sociais e processo educativo, cabe a abordagem dos movimentos de ocupações por parte dos secundaristas das escolas públicas brasileiras em 2015 em diferentes estados, em específico os colégios da rede pública estadual de Goiás.

Quando falamos em ocupações logo nos remetemos a episódios como aqueles protagonizados pelo MTST bem como o MST e outros movimentos partidários em sua maioria ou até mesmo sindicais, lembrando que esses dois últimos se configuram como entidades políticas cooptadas. Recentemente vem ocorrendo movimentos autênticos e autônomos, pelo menos em essência por parte dos secundaristas no Brasil e em especial

## Revista Posição

os estudantes de São Paulo que numa ação conjunta realizaram inúmeras ocupações em escolas da rede pública estadual – em sua maioria autônomas - contra o projeto de reorganização escolar proposto pelo governo Alckmim em 2015. Ocupar significa do ponto de vista mais crítico e revolucionário o ato de estar no espaço que por direito é seu. Diferentemente de invasão que sendo um conceito burguês, seria tomar posse “a força” ou por meios escusos da propriedade alheia ou estatal, se bem que o próprio conceito de propriedade é bem questionável considerando a liberdade humana e o direito de todo ser humano, como afirma Proudhon “A Propriedade é um roubo”. Dessa maneira mesmo na perspectiva burguesa a escola pública pertence à sociedade fazendo com que a educação seja um direito de todos os cidadãos e um dever do estado.

Cabe aqui ressaltar que o movimento de ocupação das escolas pelos secundaristas se fez legítimo e necessário nessa conjuntura considerando em primeiro lugar as garantias legais previstas na Constituição Federal de 1988, bem como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – lei 9294/96) e ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente, que ao contrário do que os mais reacionários imaginam serve também para proteger a criança e o adolescente e não apenas puni-los, dentro dos limites da consciência burguesa e da democracia representativa. E além das justificativas institucionais, cabe aqui e se faz necessário reforçar ainda a maior de todas as justificativas demonstrada na busca por autonomia, horizontalidade, apartidarismos e o repúdio a todas as formas de instrumentalização das lutas perpetradas pelo SINTEGO, UNE, CUT, partidos, etc.

Recentemente testemunhamos nas mais diferentes mídias e em especial nas redes sociais como facebook e WhatsApp, uma série de protestos e movimentos de ocupações, num primeiro momento em São Paulo e posteriormente em Goiás. Considerando que a peleja paulista logrou de certa maneira uma grande vitória, pois além de adiar o processo de reorganização escolar por um ano o que provocaria o fechamento de mais de 90 escolas, os secundaristas de São Paulo deram o passo seguinte ao exigirem a discussão de um novo modelo de educação para o Brasil, além

## Revista Posição

de manterem reuniões e debates acerca de uma educação fora das propostas de Estado que nesse contexto segue a cartilha neoliberal. Lembrando que após o pronunciamento do governo Alckmim acerca do adiamento do processo de reorganização, os secundaristas deixaram bem claro que a paulatina desocupação das escolas não tem como significado a desmobilização dos estudantes e nem o arrego em relação ao embate, pois a luta continua uma vez que o estado proporcionou um adiamento e não um cancelamento do famigerado projeto. Mas o caso de Goiás é semelhante? As organizações sociais serão barradas?

No que tange a questão da privatização do ensino público, entende-se que Goiás passa por uma das etapas do que vem acontecendo em São Paulo, uma vez que a proposta do governo Marconi Perillo é passar a administração e a responsabilidade financeira para as famigeradas OS (organizações sociais) que por mais absurdo que pareça são caracterizadas como entidades sem fins lucrativos, como é o caso da IBRACEDS e INOVE. De certa forma se trata de privatização por concessão de gestão a partir do entendimento que privatizar não significa necessariamente passar a ter a posse do prédio, mas as próprias relações estabelecidas no cotidiano laboral podem se configurar como públicas ou privadas, como ocorreu na área da saúde desde 2009, precarizando ainda mais o péssimo atendimento hospitalar direcionado aos mais pobres e ao mesmo tempo repassando recursos públicos para o bolso de empresários que na maioria dos casos não possuem nem equipe técnica qualificada para atuarem na área para as quais apresentaram suas propostas de gestão e nem ao menos sede própria para tais empresas.

Vale lembrar que a atuação das OS na saúde deixa muito a desejar pois os pacientes do HUGO (Hospital de Urgências de Goiânia), perderam o livre acesso à instituição que agora atende por regulação ou seja os “doentes” não tem mais livre acesso, essa situação faz com que os CAIS as chamadas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) fiquem superlotados piorando ainda a mais a qualidade que há muito tempo vem deixando a desejar, gerando indiretamente um verdadeiro genocídio do povo

# Revista Posição

da periferia nas macas ou no chão dos hospitais falidos pelo próprio estado em benefício do capital.

No âmbito da educação goiana recentemente em 2015 o governo vem trabalhando no sentido de manipular a mídia para que a sociedade enxergue as OS como algo benéfico e ao mesmo tempo tenha a perspectiva da desordem e falta de diálogo em relação aos ocupantes das escolas e seus apoiadores (professores, pais, amigos etc), que desde o mês de novembro de 2015 vinham ocupando as unidades escolares como estratégia de luta no sentido de barrar a implantação das OS na educação. Estudantes e professores exigem pelo menos um diálogo aberto envolvendo os principais interessados que seriam docentes, discentes, pais e a sociedade civil em geral. Uma das questões envolvidas é justamente a falta de diálogo entre o poder público nesse caso representado pela SEDUCE (Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte). Tal "diálogo" ocorre em via única ou seja do governo para os estudantes via manipulação da mídia ou discursos evasivos e sem embasamento, estatísticas ou estudos que tenham a mínima confiabilidade acerca do "sucesso" das OSS se é que isso é possível, bem como a repressão policial que já é de praxe por parte do estado que além de contribuir com a reprodução do capital e a manutenção do status quo, tenta varrer do mapa todos aqueles que articulam alguma estratégia de luta por melhorias ou transformações mais profundas na sociedade. Tal situação se configura como a sociedade tratada por George Orwell no livro 1984, na qual a repressão é tão grande que o indivíduo perde até o direito do livre pensamento, o direito às ideias, o ir e vir e se submete aos desmandos de uma polícia do pensamento, bem como é suscetível de uma ideologia que criminaliza aqueles que combatem as injustiças perpetradas pelo estado opressor.

Muito embora estejamos vivenciando uma experiência até certo ponto nova em relação ao movimento estudantil em Goiás, não podemos deixar de considerar a grande contribuição das jornadas de maio e junho de 2013 que sem dúvida nos deixou um importante legado. Apesar da presença de partidos e entidades estudantis que naquele contexto fizeram o seu jogo para instrumentalizar o movimento iniciado com os

protestos pela questão da mobilidade urbana, do combate a corrupção e outras coisas pontuais. O atual movimento de ocupações das escolas em São Paulo e recentemente em Goiás, respectivamente contra a reorganização das escolas e a implantação e implementação das Organizações Sociais (OS), vem tirando o sono de muita gente, como a SEDUCE e seus sicofantas de plantão, as subsecretarias (que por sinal são submissas) e os diretores de escolas que em sua maioria agem como verdadeiros lacaios apesar de terem sido eleitos num processo dito democrático e transparente. Mas afinal o que temos de original nesse movimento? As ocupações irão realmente lograrem êxito?

No que concerne à originalidade percebemos um modelo de organização – pelo menos na maioria das ocupações que visitei – que se pauta na horizontalidade, na democracia direta bem como em ações de ajuda mútua e cooperação, tanto internamente quanto em relação à comunidade circunvizinha, como é o caso da limpeza coletiva bem como a realização de diferentes oficinas e ainda reformas e cultivo de hortas. E isso realmente o estado absolutamente hierárquico, repressor, corrupto e burocrático em sua essência não consegue vislumbrar, ou na melhor das hipóteses tenta deturpar ou implantar pessoas estranhas ao movimento no sentido de vandalizar no intuito de culpabilizar os secundaristas que executam um movimento ordeiro contra a desordem estatal na educação bem como em todo convívio social reproduzindo relações que visam a ordem e a paz dos cemitérios.

Tanto a mídia corporativa que configura o capital comunicacional e oligopolista quanto as secretarias de plantão – SEDUCE e Segurança Pública – denunciam com todas as suas forças o risco de vandalismo e depredações no interior das escolas ocupadas pelos alunos e apoiadores. Por outro lado os ocupantes dão uma lição de organização, responsabilidade e educação no mais abrangente conceito da palavra, que seria a formação de indivíduos livres, combativos e transformadores que se pautam numa análise da totalidade social e que conseguem lograr êxito na relação entre educação, luta social e emancipação. De quebra ainda visualizamos uma verdadeira perspectiva acerca do papel do estado sentida por estudantes e docentes através de

## Revista Posição

prisões injustificadas, telefonemas anônimos e perseguições desmedidas e muitas vezes violentas tanto no caráter simbólico ou mesmo físico e moral. Lembrando que o ministério público após o “fim” das ocupações declarou-se favorável exigindo a suspensão do edital das OS. Ora, o MP também é força repressiva e tenta justificar a sua própria existência dizendo estar do lado dos menos favorecidos, no caso em questão pais, professores, estudantes e todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da rede pública no estado de Goiás.

Mas o estado perante um movimento tão forte e tão autônomo tenta dar nome ou melhor dizendo inventar nome aos bois, dizendo que se trata de um movimento político orquestrado por partidos de esquerda com táticas de guerrilha que utiliza os secundaristas como massa de manobra, afirmação essa publicada pelo periódico “Diário da Manhã”. Ora, em primeiro lugar o movimento em sua totalidade não é gerido por partidos, sindicatos ou entidades estudantis e busca se organizar tendo por princípios a autonomia, e cooperação, uma vez que as decisões e os passos seguintes são discutidos e deliberados por assembleia de estudantes que compõem as ocupações, lembrando que as tentativas de cooptação foram uma constante. Em segundo lugar não podemos chamar de massa de manobra de forma generalizada os estudantes ocupantes. Uma parcela significativa das escolas ocupadas teve como grandes protagonistas do movimento, secundaristas e professores apoiadores que exigem a garantia do ensino público sem a interferência das OS (organizações sociais), que por sua vez, representam sem dúvida a fetichização da educação colocando o processo de ensino-aprendizagem no rol ou na prateleira do capitalismo selvagem, coisificando as figuras de docentes e discentes cujo único interesse é o alcance de metas que garantam seus lucros, apesar de se configurarem enquanto entidades sem fins lucrativos. Pode isso? Ou seja, ganho milhões mais o meu interesse não é o lucro mais sim prestar um serviço que o estado deixa a desejar. Dessa maneira as OS seriam organizações humanitárias. Muita bondade não acham?

# Revista Posição

Recentemente a mídia, principalmente a TV Anhanguera noticiou uma grave denúncia na qual as organizações sociais qualificadas como OS de Educação, apresentam em sua maioria processos judiciais e conduta delituosa por parte de seus responsáveis. As OS foram barradas? Infelizmente não, apesar de alguns membros da própria burocracia estatal terem se posicionado contra, como o MP (Ministério Público), citado anteriormente, lembrando que o mesmo só entrou no embate após a radicalização dos militantes, digo, secundaristas e apoiadores.

A grande questão dessa proposta em tela se faz no sentido de compreender a forma pela qual a luta contra as OS se configurou e ao mesmo tempo resgatando ou fazendo ressurgir o movimento estudantil que a muito se faz desacordado na civilização do pequi e dos telejornais com linguagens para analfabetos políticos de todos os tipos e desgostos mostrando buracos na rua ou jogos da 2ª divisão.

O processo de luta está em curso ainda, os estudantes perceberam que as ocupações já não funcionavam mais enquanto tática nessa conjuntura, apesar de continuarem articulando, reunindo, analisando a realidade e lutando por outras pautas como é o caso do passe-livre nas cidades de Anápolis e Goiânia principalmente. Lembrando que no atual contexto em 2016 na cidade de Anápolis existe uma Ação Civil Pública sendo julgada tratando da legalidade do Edital para a implementação das OS na educação. E agora? As OS serão implementadas mesmo com as falhas no edital de qualificação das empresas proponentes? Ou as instituições burguesas no âmbito jurídico farão jus ao seu pseudopapel de representar a sociedade, bem como o interesse comum, barrando mais uma vez as organizações sociais na educação?

Portanto independente do resultado a militância não para e se rearticula a cada novo passo desse processo contra a capitalização da educação. Professores são presos, humilhados, maltratados. Estudantes algemados e criminalizados, pais acreditando em propagandas aos moldes do mais pobre e barato “pão e circo” desrespeitando dentre outras coisas os mais básicos direitos humanos e constitucionais, como o direito a dignidade, a vida, a liberdade do pensamento e da expressão que a muito não dá as caras

## Revista Posição

sem vislumbrar a sua frente um grande cassetete com os dizeres “ordem e progresso”. Vale ainda ressaltar que a luta pela educação dos mais pobres se configura na totalidade bem como na necessidade de ruptura dessa sociedade mercantil e no anseio em construir uma sociedade radicalmente diferente de tudo que vislumbramos até agora. Um mundo com base em novas relações, novos conceitos, novos dizeres, novas ideias e ideais capazes de formar novas estruturas baseadas na auto-organização bem como na resolução das principais demandas por parte dos envolvidos diretamente nas questões. Só assim realizaremos um novo projeto de sociedade capaz de nos oferecer um novo horizonte educacional, que ao invés de vigiar e punir, possa educar e emancipar.